

Monotrilho

Governo do estado quer privatizar Linha 15-Prata



Fotos: Guilherme Lara Campos/A2Fotografia

Marcado para 26/6, o leilão de cartas marcadas da Linha 15-monotrilho foi adiado para 31/7 (CCR seria a vencedora). Mas o adiamento não é solução. Queremos o cancelamento da privatização

A Linha 15-Prata do monotrilho tem hoje apenas seis estações em funcionamento. Pronta, contará com 26,6 km de extensão e 18 estações. Atenderá uma demanda estimada em 550 mil passageiros por dia. O governo prometeu que a Linha 15 iria até à Cidade Tiradentes, mas já anunciou que ela só chegará até São Mateus, prejudicando o povo da periferia.

É esse patrimônio que poderá ser entregue à CCR, a mesma empresa que já levou as Linhas 5 e 17. Para se ter ideia do prejuízo à sociedade, o lance mínimo estabelecido para o leilão é de R\$ 153,3 milhões.

Mas já foram investidos no trecho cerca de R\$ 7,2 bilhões.

Por conta dos atrasos de obras, o governo estadual paga multa à Linha 4-Amarela, que é privatizada. O absurdo é que várias das empresas que formam o consórcio que administra a Linha 4 são as mesmas responsáveis pela construção. Ou seja, as empresas que ganham a linha, por força de contrato, recebem ainda multa do governo estadual por não terem finalizado suas próprias estações.

Se todas as linhas forem privatizadas, a tarifa vai ficar ainda mais cara, para bancar os altos lucros dos empresários.

Privatização das Linhas 5 e 17 foi irregular

Uma liminar suspendeu o leilão das linhas, mas ela foi cassada no dia anterior ao leilão (18/1). O julgamento do mérito ainda não ocorreu, ou seja, o leilão ainda pode ser cancelado por conter inúmeras irregularidades.

A batalha ainda não está perdida. Ainda mais levando-se em conta as novas denúncias de corrupção contra a CCR, a "vencedora" do leilão.

Chega de violência!

Falta de investimentos e funcionários facilita agressões a metroviários

No dia 15/6 mais uma Agente de Segurança do metrô foi agredida, levou uma pedrada e recebeu chutes na cabeça na estação Vila Matilde. Ela ficou gravemente ferida, sofreu convulsões e foi levada às pressas ao hospital.

Nos últimos anos diversos trabalhadores da segurança e estação foram agredidos por torcedores, ambulantes e pedintes. Isso é consequência da política irresponsável da empresa e do estado, que deixa o quadro de funcionários reduzido. Trabalhadores e usuários ficam em situação vulnerável



Ato dos seguranças, dia 12/4/2018



O metrô de São Paulo transporta mais de 4 milhões de passageiros diariamente e conta com um número de trabalhadores muito inferior às necessidades para o atendimento de qualidade à população. Para se ter ideia, o número de funcionário é praticamente igual ao da década de 1990, quando atendia cerca de 1,5 milhões de usuários por dia. Isso é resultado da política de privatização do transporte, que deixa de investir em melhorias para bancar o lucro de empresários e campanhas políticas de seus aliados.

Além disso a empresa pratica estratégias que colocam em risco a vida dos trabalhadores e da população e não se prepara de forma adequada para grandes eventos. Expõe funcionários a situações vulneráveis como

na contenção de torcidas organizadas e do comércio ilegal. Em dezembro de 2016 um usuário do metrô foi agredido e morto na estação Dom Pedro II após defender uma pessoa LGBT.

A crise econômica e social que atinge o País foi gerada pelas políticas do governo federal, que priorizou reformas que atacam os trabalhadores, deixou de investir em áreas essenciais e mantém alto nível de desemprego. Os metroviários também são afetados pela crise. Trabalhadores da segurança, das estações e operadores de trens vivem sob ameaças e são frequentes alvos de ataques.

Queremos mais contratação de funcionários e estratégias que garantam a segurança dos trabalhadores e da população.